

OPINIÃO

CORREIO BRAZILIENSE

CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara
CAMÕES, e, VII e 14

Diretor Presidente
Paulo Cabral de Araújo

Diretor Vice-Presidente
Ari Cunha

Diretor Gerente
Evaristo de Oliveira

**Diretor
Executivo**
João Augusto Cabral

**Diretor de
Redação**
Ricardo Noblat

**Diretor
Comercial**
Maurício Dinepi

**Diretor
Industrial**
Oswaldo Abílio Braga

**Diretor Administrativo
e Financeiro**
Cláudio Renato Bastos

Cumprir o dever

Tudo o que não se exercita, atrofia. O princípio aplica-se também ao campo da autoridade pública e explica as dificuldades que o Governo do Distrito Federal vem encontrando para remover invasores na Estrutural.

O desafio mais complicado o GDF já venceu: articulou maioria na Câmara Legislativa e impediu, em setembro do ano passado, a legalização daquele assentamento. O mais simples está tendo dificuldades de executar, desde então: cumprir o que determina a lei — isto é, remover os invasores.

O governo está investido de ampla legitimidade para fazê-lo. Não há razões para tantas hesitações. A Câmara Legislativa deu-lhe respaldo legal. Representatividade popular o governador a possui, já que está no cargo por força da vontade da maioria dos cidadãos-eleitores.

Falta-lhe apenas agir. Percebe-se, no entanto, receio de contrariar grupos políticos interessados em extrair dividendos do assunto. É aí que se impõe a autoridade, sobretudo quando respaldada pela lei e pelo bom senso. Quando se fala em remoção dos invasores, não se está sugerindo que sejam entregues à própria sorte ou tratados com truculência. É claro que não.

Sabe-se que o GDF dispõe de plano de reassentamento das famílias ali instaladas. Parte delas já foi removida. O critério ado-

tado é bastante razoável. As famílias que moram em Brasília há dez ou mais anos, ou estão inscritas no Instituto de Desenvolvimento Habitacional (Idhab), ou possuem cheque-lote serão transferidas para área próxima ao Lixão, distante um quilômetro da invasão.

Esses critérios alcançam mais da metade dos invasores. As demais famílias serão transferidas provisoriamente para um abrigo, até que o governo estabeleça área definitiva para acolhê-las. Para que não haja dúvidas quanto à lisura do processo, foi constituída comissão formada por governo e moradores, para escolher o local exato do assentamento das famílias.

Não havendo dúvidas a respeito da boa fé do governo — e não há —, o que estaria inibindo o exercício efetivo de sua autoridade? Aparentemente, o temor da exploração demagógica por parte da oposição. Não há, porém, razões para isso.

A comunidade de Brasília acompanha o desdobramento do assunto e sabe de que lado está o bom senso. A área da Estrutural é inadequada, conforme o atestam numerosos pareceres técnico-ambientais, para comportar assentamento.

As evidências são de tal ordem que não foi difícil ao governador articular maioria parlamentar para respaldá-lo. Resta agora cumprir o seu dever.